

RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.604 - RS (2014/0067071-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **CRISTIANO RODRIGO MARTINELLI**
ADVOGADOS : **ALCINDO BATISTA DA SILVA ROQUE E OUTRO(S) - RS026036**
MARÍLIA CAMPANA COSTELLA - RS090179
RECORRENTE : **LABORE ENGENHARIA LTDA**
ADVOGADOS : **LUCIO LAUSER MORAES - RS058719**
MARIA CRISTINA ZANETTI HORTA E OUTRO(S) - RS059508
GABRIELLA GUTIERRE MIRANDA - RS082376
RECORRIDO : **OS MESMOS**
INTERES. : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LABORE ENGENHARIA LTDA, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado:

PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL COM OPÇÃO DE COMPRA. FALHAS NA ESTRUTURA DO IMÓVEL. CONSERTOS. DANO MORAL E MATERIAL. QUANTUM. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Procede o pedido de correção de erros e falhas de projeto estrutural e execução em unidade residencial objeto de arrendamento, porquanto, a partir de prova pericial, restou evidenciado os defeitos na execução da obra, os quais, embora não impeçam a utilização do imóvel, nem comprometam a habitabilidade, a segurança e a solidez da edificação, interferem no bom uso, na vida útil e na salubridade do imóvel, devendo, assim, ser reparados.

A aflição e angústia decorrentes desses transtornos não podem ser enquadrados como meros e corriqueiros dissabores, pois afetam diretamente a esfera moral em razão do prolongamento no tempo dos problemas e da ausência de solução.

No arbitramento da indenização advinda de danos morais, o julgador deve se valer do bom senso e razoabilidade, atendendo às peculiaridades do caso, não podendo ser fixado quantum que torne irrisória a condenação, tampouco valor vultoso que traduza enriquecimento ilícito.

Dentro destas circunstâncias, entendo que o valor arbitrado na sentença (R\$ 5.000,00) mostra-se adequado, levando-se em conta a natureza do dano, o princípio da razoabilidade, a impossibilidade de serem fixados valores que ocasionem o enriquecimento indevido e os parâmetros utilizados por este Tribunal.

O artigo 21, caput, do CPC dispõe que 'se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente

distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas'. Mantidos os critérios e valores de honorários advocatícios estabelecidos na sentença.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 20, § 3º, do CPC/73, no que diz respeito a base de cálculo dos honorários de sucumbência. Sustenta, em síntese, que "*os honorários deveriam ter sido fixados sobre o valor da condenação e não sobre o valor da causa*" (fl. 857). Afirma, ademais, divergência jurisprudencial no que diz respeito ao valor da indenização por danos morais, pleiteando a minoração do *quantum* indenizatório.

Contrarrazões apresentadas.

Admitido o recurso na origem, subiram os autos.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumprе salientar que o recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

Sobre o arbitramento dos honorários, colhe-se a seguinte fundamentação do acórdão recorrido (fls. 830-831):

A empresa Labore apela ainda postulando a fixação da verba honorária sobre o valor da condenação, e não sobre o valor da causa.

No tocante ao quantum a ser arbitrado a título de honorários advocatícios, estabelece o CPC que a verba sucumbencial será fixada atendendo os limites dispostos no § 3º do art. 20, entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, considerando o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

No § 4º do precitado dispositivo, encontra-se previsão de que 'nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior'.

Assim, em razão desse preceito, a determinação da verba honorária não está adstrita aos limites, em percentual, estabelecidos no § 3º do art. 20, senão aos critérios de avaliação

estabelecidos em suas alíneas, havendo possibilidade de se determinar valores aquém ou além do previsto, de acordo como caso em análise e coma apreciação equitativa do magistrado.

Assim, deve ser mantidos os critérios e valores de honorários advocatícios estabelecidos na sentença.

[...]

Como bem salientou o MM. Juízo sentenciante, 'tendo sido as partes reciprocamente sucumbentes, mas a parte ré em maior grau porque as pretensões de recuperação do imóvel e de indenização por danos morais foram acolhidas. Assim, fixo a verba honorária total em 15% do valor da causa, a ser corrigido pelo IPCA desde o ajuizamento, cabendo à CEF pagar 2/3 desse valor e o autor 1/3. As quantias compensam-se reciprocamente, na forma do art. 21 do CPC (para o que não é óbice a assistência judiciária de que goza o autor), de modo que a condenação da parte ré a título de honorários advocatícios define-se em 5% do valor da causa.' O artigo 21, caput, do CPC dispõe que 'se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas'.

Efetivamente, constata-se que o Tribunal de origem, levando em conta as peculiaridades do caso concreto e com base no princípio da equidade, manteve a fixação dos honorários 5% do valor da causa (fl. 735), para a parte ré, seriam suficientes para remunerar o trabalho do profissional no caso dos autos.

Nesse contexto, a pretensão de desconstituir a conclusão da Corte Estadual encontra óbice no enunciado da Súmula 7/STJ, sendo descabida na via estreita do presente recurso.

De fato, a incidência da mencionada súmula só pode ser afastada quando exorbitante ou irrisória a verba honorária arbitrada na origem, o que, todavia, não se verifica na espécie, porquanto a quantia fixada não refoge aos padrões de razoabilidade para a hipótese dos autos.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PROPRIEDADE. TRANSCRIÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CUMPRIMENTO. ATRASO. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. REEXAME. CLÁUSULA CONTRATUAL. INTERPRETAÇÃO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova quando o tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. A reversão do entendimento acarreta a incidência da Súmula nº 7/STJ.

2. Inviável, em sede de recurso especial, modificar o acórdão recorrido que entendeu que a mora no cumprimento da obrigação causou prejuízo a parte e gerou o dever de indenizar, tendo em vista que a análise do tema demandaria o reexame do conjunto fático-probatório e a interpretação de cláusulas contratuais, procedimentos vedados, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

3. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que não se aplicam os limites máximo e mínimo previstos no § 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil e tampouco de que há obrigatoriedade de que a imposição da verba honorária incida sobre o valor da condenação, podendo ser adotado como base de cálculo o valor da condenação ou o valor da causa.

4. Excepcionalmente se admite o exame de questão afeta à verba honorária para adequar, em recurso especial, a quantia ajustada na instância ordinária ao critério de equidade estipulado na lei quando o valor indicado for exorbitante ou irrisório.

5. **A fixação da verba honorária de sucumbência cabe às instâncias ordinárias, visto que resulta da apreciação equitativa e da avaliação subjetiva do julgador diante das circunstâncias fáticas presentes nos autos, razão pela qual é insuscetível de revisão em sede de recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.**

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 374.384/AM, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 04/02/2015) - grifo nosso

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA FIXADA EM VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. A fixação dos honorários advocatícios consoante apreciação equitativa do Juízo, prevista no § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, contempla a possibilidade de arbitramento tomando-se como base o valor da condenação, o valor da causa ou mesmo em valor fixo.

2. **A jurisprudência do STJ é uníssona no sentido de que os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, que considerará o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, consoante o disposto no art. 20, § 4º, do CPC, o qual se reporta às alíneas do § 3º. Assim, ao condenar o agravante em honorários, o julgador não está adstrito a adotar os limites percentuais de 10% a 20%**

previstos no § 3º, podendo, ainda, estipular como base de cálculo tanto o valor da causa como da condenação.

3. Fixada a verba honorária em patamar ínfimo, imperiosa a sua majoração.

Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1491081/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/12/2014, DJe 15/12/2014)

Ademais, quanto à divergência apontada em relação ao valor fixado dos danos morais, observa-se que a parte recorrente não apontou o dispositivo de lei federal a que os acórdãos recorrido e paradigmas teriam dado interpretação divergente. Destarte, não há como deixar de reconhecer a deficiência na fundamentação do recurso, aplicando-se a Súmula 284/STF.

Eis, a propósito, alguns julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. NECESSIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO DE LEI. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que não se pode inovar em apelação, sendo proibido às partes alterar a causa de pedir ou o pedido, bem como a matéria de defesa.

3. A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em razão da ocorrência da revelia ou da falta de impugnação é relativa. Para que o pedido seja julgado procedente, o juiz deve analisar as alegações do autor e as provas produzidas. Precedente.

4. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

5. Agravo interno não provido. AgInt no AREsp 1236675/GO, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 14/12/2018)

Ainda que assim não fosse, o apelo especial não comporta a análise de divergência jurisprudencial no que diz respeito à reavaliação do *quantum* fixado a título de danos morais, uma vez que se verifica a impossibilidade de, relativamente ao acórdão confrontado, estabelecer-se juízo de valor acerca da relevância e semelhança dos pressupostos fáticos inerentes a cada uma das situações retratadas nos acórdãos confrontados que acabaram por determinar a aplicação do direito à espécie.

Cada caso reveste-se de peculiaridades que lhes são muito próprias, tais como circunstâncias em que o fato ocorreu, condições do ofensor e do ofendido, além do grau de repercussão do fato no âmbito moral da vítima.

Dessa forma, os acórdãos sempre serão distintos quanto ao aspecto subjetivo, não obstante as semelhanças externas e objetivas. Ademais, como já ressaltado alhures, no presente caso não se vislumbra nenhuma excepcionalidade capaz de ensejar revisão do valor arbitrado a título de reparação por danos morais pelo STJ. Nesse sentido: EREsp 472790/MA, Rel. Min. José Delgado, Corte Especial, DJ 13/03/2006 e AgRg no REsp 1136524/DF, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, DJe 31/03/2011.

Por oportuno:

"em se tratando de valor da indenização por danos morais, torna-se incabível a análise do recurso com base na divergência pretoriana, pois ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos serão sempre distintos." (AgRg no Ag 1019589/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 06/05/2010, DJe 17/05/2010)

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator